



## Proposta contra zika terá prioridade no Senado

Renan anunciou, em debate temático com o ministro da Saúde, urgência para proposições sobre combate ao *Aedes*

O Plenário do Senado debateu ontem as epidemias no Brasil de três doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*: dengue, chicungunha e zika, esta associada a casos de microcefalia em bebês. O ministro da Saúde, Marcelo Castro, anunciou investimentos em pesquisas, realizadas em conjunto com instituições dos Estados Unidos, para desenvolver vacinas contra a dengue e a zika. Castro e senadores lembraram ainda a importância da união entre governo federal, estados, municípios e a população no combate aos focos do mosquito. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Valcler Rangel, Lasier Martins, Renan Calheiros, Lucia Bricks e Adriana Melo acompanham discurso de Marcelo Castro

### Assistência funerária terá regulamento

Projeto aprovado ontem pelo Plenário e enviado para sanção define regras próprias para os planos de assistência funerária. As empresas do setor deverão entregar contrato detalhado dos serviços e serão fiscalizadas pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. **5**

### Audiência aponta falha no controle de doença de cavalo **6**

### Comissão apoia anistia a presos da Venezuela **5**

### Direito de imagem de atletas precisa de regras, dizem juristas

Em reunião ontem, a comissão de juristas que vai elaborar proposta da Lei Geral do Desporto avaliou que a falta de regulamentação do

direito de imagem abre brecha para fraudes contra as leis trabalhistas e o sistema tributário. A comissão deve entregar anteprojeto em junho. **7**



Wladimir Camargos e Caio Cesar Rocha, relator e presidente da comissão

Roque de Sá/Agência Senado

### Avança MP que garante energia às Olimpíadas

A medida provisória que dá isenções tributárias às distribuidoras de energia durante os Jogos Olímpicos do Rio, neste ano, foi aprovada ontem pela comissão mista criada para analisá-la. O texto vai à Câmara. **8**



O presidente da comissão mista, Blairo Maggi, e o relator, Manoel Junior

Roque de Sá/Agência Senado

### Pacientes com doença rara relatam demora para receber diagnóstico

Os debatedores da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação disseram que os maiores problemas en-

frentados por quem tem alguma doença rara são a demora do diagnóstico e a dificuldade para obter o tratamento adequado. **4**



Participam do debate a senadora Vanessa Grazziotin (C) e o senador Hélio José

### Debate vê escola despreparada para aluno deficiente

O evento Pauta Feminina começou ontem com um debate sobre o ensino de jovens com Down e autismo. Um participante apontou as dificuldades dizendo que escolas contratam estagiários despreparados para fazer a ponte entre o aluno e o professor. **4**



Secom | Publicidade e Marketing

Diploma Bertha Lutz  
15ª Premiação  
**2016**

Sessão Solene do Congresso Nacional  
Dia Internacional da Mulher

Data: 8/3/2016

Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal

AGRACIADOS

Ellen Gracie Northfleet  
Lucia Regina Antony  
Luiza Helena de Bairros  
Lya Fett Luft  
Marco Aurélio Mello

# Comissões mistas de sete MPs escolhem presidentes

*Aedes aegypti*, acordos de leniência, financiamento para caminhoneiros, apoio à educação infantil, concessão de energia, trechos de rodovias federais e recursos do Tesouro Nacional são os assuntos

FORAM DEFINIDOS ONTEM os presidentes e relatores das comissões mistas que analisarão sete medidas provisórias editadas recentemente pelo governo federal.

A comissão que vai avaliar a MP 703/2015, que regulamenta os acordos de leniência, terá como presidente o senador Benedito de Lira (PP-AL). O relator será o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Outro destaque é a MP 712/2016, que trata de medidas de combate ao *Aedes aegypti*. O presidente será o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e o relator escolhido foi o deputado federal Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG).

A MP determina que, na situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do *Aedes*, a autoridade máxima do Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito federal, estadual e municipal fica autorizada a determinar e executar medidas necessárias ao controle das endemias.

Entre as medidas, destacam-se visitas a imóveis públicos e particulares para a eliminação do mosquito em área identificada como potencial possuidora de focos e o ingresso forçado em imóveis, no caso de situações de abandono ou ausência da pessoa que possa permitir o acesso. O agente público também poderá requerer auxílio à autoridade policial para a execução das medidas.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) é o presidente da comissão que vai analisar a MP 707/2015, que suspende prazos de cobrança de produtores rurais e prorroga os prazos para que o BNDES refinance contratos de finan-

ciamento de caminhoneiros. Bezerra chamou a atenção para a importância dessa MP no que tange ao auxílio aos produtores rurais, já tendo anunciado audiências com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

— O semiárido tem sofrido com quatro anos de seca muito forte, e essa MP pode ter implicações em termos de abatimentos nas dívidas — defendeu o senador.

O relator da MP será o deputado Marx Beltrão (PMDB-AL).

## Creches

A MP 705/2015 estabelece a observância de critérios para a obrigatoriedade da transferência de recursos da União aos municípios, com a finalidade de apoio financeiro à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil, no atendimento a creches de beneficiários do Bolsa Família.

A presidente será a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e o relator é o deputado Rogério

Marinho (PSDB-RN).

A MP 706/2015 amplia o prazo para a assinatura de contratos de concessão ou termos aditivos por distribuidoras de energia elétrica, de 30 para 210 dias contados da convocação pelo poder concedente. O presidente é o deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG) e o relator será designado pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A MP 708/2015 autoriza a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos aos estados por força da MP 82/2002. A comissão é presidida pelo deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), tendo como relator o senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Já a MP 704/2015 permite que o superávit financeiro das fontes de recursos decorrentes de vinculação legal existentes no Tesouro em 31 de dezembro de 2014 seja destinado à cobertura de despesas primárias obrigatórias no exercício de 2015. O presidente é o deputado Jorge Solla (PT-BA) e o relator, o senador Benedito de Lira (PP-AL).



Ao lado de Pimentel, Bezerra foi escolhido presidente de uma das comissões

## Renan defende elaboração de pauta consensual

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem que dará continuidade às visitas às lideranças partidárias para recolher sugestões que favoreçam a formulação de uma pauta consensual de votações.

O esforço, disse Renan, é para que não haja um acordo de mérito em relação às matérias a serem sugeridas pelos partidos, mas um acordo de procedimento, para que as propostas possam ser discutidas “o tempo que for necessário, sem precipitar uma deliberação”.

Renan informou que entrará em contato com as lideranças da Comissão do Pacto Federativo e de outras comissões

permanentes do Senado e defendeu a elaboração de uma “pauta mínima expressa que possa andar com velocidade, tanto aqui no Senado quanto na Câmara”.

— O Brasil cobra muito que façamos isso. Nós temos aí um horizonte complexo, nós continuamos a ter na sociedade muita preocupação com o que vai acontecer do ponto de vista econômico, social e político. É fundamental que cada um de nós faça a sua parte, cumpra o seu papel. E eu quero, pela circunstância de estar aqui na Presidência do Senado Federal, ser um instrumento para que isso efetivamente aconteça — afirmou.

Ao saudar a fala de Renan, Blairo Maggi (PR-MT) defendeu o embate sobre temas polêmicos e lembrou que o Senado convive hoje com discursos estatizantes e liberais.

— Temos que expor o nosso ponto de vista e não fugir. Eu me sentiria muito mais senador e político fazendo embates e provocações. Quem vencer segue; e quem não vencer, que respeite a maioria — afirmou, referindo-se à aprovação, na quarta, do projeto de lei que desobriga a Petrobras de participar com pelo menos 30% em todas as operações de exploração da camada pré-sal. A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados.

## Seminário aborda relação entre câmaras municipais e sociedade

A relação das câmaras municipais com a sociedade foi um dos temas abordados ontem, último dia do Seminário Urgências Legislativas, no Auditório do Interlegis. Sergio Lerrer, da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (Fenalegis), que promoveu o evento, disse que essa relação não se dá de maneira adequada porque não se investe em

estrutura e ferramentas para chegar à população.

Para Lerrer, o Interlegis “é o local mais amigo das Casas legislativas, pela cessão de tecnologia apropriada às demandas delas, sem os custos com que normalmente elas teriam que arcar”. A importância do Portal-Modelo (um portal de internet pronto oferecido pelo Interlegis aos Legislativos) e a garantia da transparência também foram citadas.

## Agenda Econômica discute a Lei do Bem, alvo do ajuste fiscal

A Lei do Bem garante incentivos fiscais às atividades de inovação tecnológica. Porém, em tempos de crise, o incentivo se tornou alvo do ajuste fiscal do governo. Uma MP publicada em dezembro suspende a lei por um ano.

Os recursos a ser recolhidos reforçarão o caixa do governo, mas impactam negativamen-

te um setor que impulsiona a economia. Para tratar do tema, o programa da TV Senado *Agenda Econômica* entrevistou o diretor-presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, Roberto Nicoliski.

*Agenda Econômica*  
Domingo, às 13h e às 23h

## Dragão do Mar é tema de reportagem da Rádio Senado

A jangada, além de ser um instrumento para a economia cearense, está presente em importantes momentos da história do estado. Foi um jangadeiro, no século 19, um dos principais motivadores para que a então província do Ceará fosse a primeira a abolir a escravidão no Brasil. Sua importância foi tamanha que lhe rendeu o título de Dragão do Mar, e o nome de Francisco José do Nascimento pode ser incluído no *Livro dos Heróis da Pátria*, como prevê projeto (PLS 184/2014) aprovado pelo Senado este mês e encaminhado à Câmara dos Deputados.

E é essa história o tema da *Reportagem Especial* da Rádio Senado de hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e no

domingo, às 17h, horário de Brasília. Os jornalistas Maurício de Santi, Larissa Bortoni e Rodrigo Resende ouviram pesquisadores, historiadores, cineastas e outras personalidades do Ceará.

Autor do projeto que incluiu o nome do Dragão do Mar no *Livro dos Heróis da Pátria*, José Pimentel (PT-CE) lembra que, sob a liderança de Francisco José Nascimento, os jangadeiros impediram que navios negreiros aportassem na costa do estado. O senador conta que o Dragão do Mar insistiu nessa luta, mesmo sofrendo punições.

“Dragão do Mar”  
Hoje, às 18h; amanhã, às 10h; domingo, às 17h

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 17h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



**PLENÁRIO Homenagem ao Rotary**  
9h Sessão não deliberativa. Às 15h, sessão especial pelos 111 anos do Rotary.

**CDH Terceirização em Maceió**  
14h Audiência na Assembleia de Alagoas debate projeto que regulamenta terceirização.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Renan: combate a tríplice epidemia é prioridade

Senado vai analisar com urgência qualquer medida legislativa contra o mosquito que transmite zika, dengue e chicungunha e pode estar ainda ligado a casos de microcefalia

O BRASIL VIVE uma das mais graves situações de saúde pública, com epidemia de três doenças — dengue, chicungunha e zika — e de uma síndrome, a microcefalia. Essa constatação marcou a 15ª sessão de debates temáticos, realizada ontem no Senado. Na abertura, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou prioridade a qualquer providência legislativa necessária para combater o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor das três doenças.

Segundo o vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Valcler Fernandes, a microcefalia está sendo tratada como uma síndrome de zika congênita.

— Porque outras manifestações também passam a surgir e não podem ser surpresas para nós. Hoje, há mais perguntas do que certezas sobre a epidemia. O modo como o vírus Zika contamina pessoas, atingindo fetos, gerou uma mobilização nunca antes vista no país.

O apelo por um esforço para enfrentar o problema foi feito por Ana Amélia (PP-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Ana Amélia lastimou o baixo comprometimento dos brasileiros com ações perenes capazes de resolver problemas coletivos enfrentados pela população.

— O desleixo da população com o gasto de energia, após se empenhar na redução do consumo no apagão dos anos 90, repete-se agora no combate ao mosquito da dengue. É uma obrigação de todos diante do perigo, que pode estar num vaso de flores ou numa piscina abandonada.

Fátima elogiou as campanhas de conscientização organizadas pelo governo federal, com mobilização de outros níveis de governo, efetivos das Forças Armadas e agentes de saúde.

— Agora, não adianta se a sociedade não aderir, de corpo e alma, a essa luta — frisou.

## Saneamento

A relação entre o crescimento da tríplice epidemia e a falta de saneamento básico para grande parcela da população foi estabelecida por José Serra (PSDB-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Serra lamentou a



Marcelo Castro, em discurso, reconhece gravidade do problema e anuncia parceria em busca de vacina "revolucionária"

interrupção de um programa de saneamento básico que era executado por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na época do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— A Funasa tem que voltar ao que quase chegou a ser: uma empresa, uma fundação, uma instituição voltada a endemias e comandando investimentos críticos na área

de saneamento — afirmou.

Para Caiado, a redução de investimentos em saneamento e a diminuição de repasses orçamentários para as ações de combate ao *Aedes aegypti* mostram o quanto foi facilitada a vida do mosquito no país nos últimos dois anos.

## Investimentos

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, também considerou os investimentos em saneamento básico essenciais para evitar a proliferação do *Aedes*. Ele disse que a presidente Dilma Rousseff, em cinco anos de governo, investiu mais que seus antecessores no setor. Segundo Castro, foram R\$ 53 bilhões, contra R\$ 44,1 bilhões nos oito anos do presidente Lula e R\$ 20,63 bilhões em igual período de Fernando Henrique Cardoso.

A obstetra Adriana Melo, de Campina Grande (PB), a primeira a estabelecer a relação entre o vírus Zika e a malformação do cérebro das crianças afetadas, disse que "essa tragédia nos despertou para outra: a da pobreza, das condições sanitárias".

— A população mais pobre é a mais atingida e tem sido muito difícil lidar com essa situação — disse a médica, que considerou tensas as sextas-feiras, quando são realizados, no hospital onde trabalha, os exames que detectam se os bebês são normais ou não.

O ministro da Saúde manifestou a esperança de que "uma vacina revolucionária" contra a dengue resulte da parceria entre o Instituto Butantan, em São Paulo, e o National Institutes of Health (NIH), nos Estados Unidos. Segundo ele, a mesma plataforma de pesquisa deverá servir para o desenvolvimento da vacina contra o vírus Zika.

Entretanto, a diretora médica na América Latina do Sanofi

Pasteur, Lucia Bricks, afirmou que o desenvolvimento da vacina contra o vírus não será tão rápido como todos gostariam. Segundo ela, a média de tempo para desenvolver uma vacina é de dez anos. Depois, há um prazo para registro e fabricação.

A médica lembrou que a Anvisa autorizou recentemente uma vacina contra a dengue, que tem eficácia na faixa etária de 9 a 45 anos, após estudos que começaram em 1994. O Sanofi Pasteur é um dos 15 laboratórios envolvidos atualmente na busca de uma vacina contra a zika.

## Vacina

Caiado perguntou ao ministro por que a vacina do Sanofi Pasteur contra a dengue não pode ser distribuída para a população brasileira. Ele respondeu que essa vacina não foi liberada para crianças abaixo de 10 anos, nem para pessoas com mais de 45 anos, "exatamente a faixa que seria elegível, porque aqui estão os casos mais graves de dengue".

Castro argumentou que uma vacina em três doses, como a do Sanofi Pasteur, tem um custo elevado. O ideal, acrescentou, é que fosse uma única dose.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) solicitou ao ministro a adoção de políticas públicas que facilitem o acesso dos mais pobres a repelentes. A senadora sugeriu o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs) com os laboratórios estrangeiros que fabricam os princípios ativos desses produtos. Ela elogiou o Ministério da Saúde por colocar repelentes à disposição das gestantes beneficiárias do Bolsa Família e defendeu o aprofundamento dessa prática.

— Fundamental é baratear o acesso, pois nem todos os carentes de nosso país estão no Bolsa Família — advertiu.

## Ministro pede união contra mosquito

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, apontou a necessidade de amplo esforço coletivo para o enfrentamento do quadro epidemiológico, por meio do combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

— Os governos federal, estaduais e municipais têm que estar unidos e a participação da sociedade é imprescindível, porque dois terços dos criadouros do mosquito estão dentro das residências. Os exemplos que temos espalhados pelo Brasil, de norte a sul, em todos os municípios que conseguiram controlar o *Aedes aegypti*, houve a conjugação de esforços da sociedade com o poder público — disse.

Castro destacou o slogan da campanha lançada pelo governo — "Zika zero: um mosquito não é mais forte do que um país inteiro" — para estimular a mobilização da sociedade no combate ao *Aedes*. Ele descreveu as ações e os recursos para facilitar o diagnóstico de casos e trata-

mento das pessoas afetadas, como mulheres grávidas e recém-nascidos que apresentam microcefalia, e os investimentos e parcerias para o desenvolvimento de vacinas contra dengue e zika.

— A microcefalia já existia. O que é inédito é o aumento de casos suspeitos da doença por causa da circulação do vírus Zika. Essa é uma situação nova em termos de saúde pública mundial e para a comunidade científica internacional.

O ministro disse que já está claramente evidenciada a correlação entre o vírus e o nascimento de crianças com microcefalia. Até o momento, segundo ele, foram notificados 5.640 casos em todo o país, dos quais 583 já confirmados e 950 descartados. Houve 120 óbitos, alguns em investigação.

## Especialistas

Castro informou que o vírus Zika circula de modo autóctone (originado na região onde é encontrado) em 42 países. No

Brasil, chegou no ano passado, provavelmente por Salvador.

— Desde o início, o governo federal está tratando desse tema com a responsabilidade e a urgência necessárias.

Ele acrescentou que a pasta uniu esforços de especialistas de diferentes áreas para realizar investigações, mantendo diálogo constante com a Organização Mundial da Saúde e com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos.

— Para o desenvolvimento de testes mais rápidos de detecção do vírus e meios de tratamento, o Ministério da Saúde já disponibilizou mais de R\$ 8,5 milhões para o Instituto Butantan — informou.

De acordo com o ministro, a expectativa dos cientistas é de que uma vacina fique pronta em dois anos para ajudar a prevenir a dengue no país e no mundo. Os investimentos chegam a R\$ 300 milhões, sendo um terço proveniente de recursos do Ministério da Saúde, outro terço da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Finep) e o terço restante do BNDES.

Para desenvolver a vacina contra o vírus Zika, as pesquisas serão realizadas simultaneamente no Butantan e no Instituto Evandro Chagas, no Pará, também em parceria com o NIH.



Agentes da Prefeitura de São Paulo em ação de combate ao *Aedes aegypti*

# Escola ignora aluno deficiente, diz especialista

Psicopedagoga afirmou em debate do evento Pauta Feminina que colégio contrata estagiário sem qualificação para fazer a ponte entre professor e estudante com deficiência

A EDIÇÃO DE 2016 do evento Pauta Feminina começou ontem com um debate sobre a educação inclusiva de pessoas com autismo e síndrome de Down. O evento é organizado pela Procuradoria da Mulher do Senado, pela Procuradoria da Mulher da Câmara e pela bancada feminina da Câmara.

A psicopedagoga Lourdes Dias, da Clínica Aprender, de Brasília, afirmou que as escolas brasileiras carecem de profissionais preparados para promover a inclusão de alunos com deficiência. Ela informou que as escolas têm contratado estagiários “sem qualificação, preparo e compromisso” com a criança com deficiência para fazer a ponte entre ela e o professor.

— A formação é fundamental

para a inclusão. Um mediador de aprendizagem tem que estar presente e auxiliar o professor, que deve ser a referência em sala de aula. Esse profissional precisa ter um vínculo com o aluno especial e trabalhar visando à sua independência — afirmou ela, que se queixou também da falta de adaptação curricular e de um plano de ensino individualizado para facilitar a aprendizagem.

A representante do Ministério da Educação no debate, Suzana Brainer, concordou quanto a necessidade de o professor ser o profissional de referência para o aluno com deficiência. Mas, quanto ao profissional de apoio em sala de aula, informou que cada estado e município tem “total autonomia” para delinear o



Primeira-dama do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, e senadores Vanessa Grazziotin e Hélio José participam do debate

perfil esperado de sua atuação.

— O profissional, tanto o de apoio quanto o mediador de aprendizagem, deve estar ali quando solicitado. Não podemos cair na fácil ideia de que toda pessoa com deficiência

precisa de um profissional de apoio — disse Suzana.

Na visão da representante do Ministério da Saúde na audiência, Vera Lucia Mendes, as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência só vão avançar se houver a participação plena da sociedade, em particular as famílias desses cidadãos.

— A gente confia e conta com o movimento social para a formulação das políticas. A atenção básica de saúde também precisa ser forte e estar atenta aos indicadores de desenvolvimento infantil. Temos que fortalecer os programas de estimulação precoce com foco nas famílias, para que estimulem seus filhos nas dimensões sensorial, motora e cognitiva. Isso vai fazer muita diferença na vida dessas crianças.

O presidente do Instituto Ápice Down, Karlo Quadros, observou que, mesmo com os avanços da inclusão, episódios de segregação de estudantes com deficiência continuam a ocorrer na escola. E advertiu para o risco de regressão afetiva, manifestação capaz de desencadear transtornos mentais nas pessoas que sofrem exclusão.

Para Hélio José (PMB-DF), coordenador do debate, a diversidade é requisito fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, reconheceu o desafio social imposto pelo autismo e pela síndrome de Down, especialmente para as mulheres que têm filho numa dessas condições.

## Para mães, inclusão ainda é sonho distante

Veze e voz às famílias. Esse foi o apelo feito por duas mães de jovens com deficiência no debate do evento Pauta Feminina.

— Ainda não se dá voz às famílias, que não têm acesso às discussões dessas políticas. Cerca de 90% dessas famílias são chefiadas por mulheres, que foram abandonadas pelos maridos. Muitas precisam trabalhar, mas não têm lugar para deixar a criança, porque as escolas não são integradas. Começa aí o sistema de exclusão — disse a presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Autismo da OAB-DF, Adriana Monteiro.

Adriana é mãe de Ana Luísa, 15 anos, que tem síndrome de Angelman e autismo.

— Eu adoraria que a Ana Luísa estivesse em uma sala regular, mas está em uma classe especial na rede pública, pois precisa de atendimento especializado. Mas, quando completar 18 anos, para onde ela vai? Ficar em casa?.

Ana Cláudia Figueiredo, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, é mãe de Jéssica, uma jovem de 23 anos com síndrome de Down que sempre estudou em escola regular e concluiu um curso superior tecnológico em fotografia.

— É importante que a diferença seja vista como inerente a todos. É ela que nos torna singulares. A deficiência é apenas uma parte das várias peculiaridades que nos compõem.

## Paciente aponta demora para diagnosticar doença rara

Pacientes, médicos, laboratórios farmacêuticos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) participaram ontem de uma audiência pública da Comissão de Educação (CE) sobre doenças raras. A demora no diagnóstico dessas doenças e a falta de tratamento adequado foram apontados como os maiores problemas.

O médico Welter Alves demorou mais de 20 anos para descobrir que tinha a doença de Pompe, um mal metabólico que atinge o tecido muscular. Ele começou a sentir cansaço, falta de ar e dores musculares, mas ninguém encontrava a

causa. Hoje, apesar de utilizar cadeira de rodas e respirador mecânico, ele consegue controlar a doença. Alves conta que a persistência foi essencial para descobrir o tratamento:

— Sugiro às pessoas que têm alguma doença rara que não fechem diagnóstico, que nunca desistam. E cabe ao médico não desistir do paciente.

A doença de Pompe é uma das 8 mil doenças raras que acometem pacientes no Brasil. Estima-se que 13 milhões de brasileiros sejam vítimas de alguma enfermidade do tipo — que atingem no máximo 65 pessoas em cada 100 mil.

De acordo com a diretora

da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) Maria José Delgado, muitas vezes a demora nos diagnósticos e nos protocolos de tratamento pelo Ministério da Saúde têm atrasado a oferta de cuidados aos pacientes.

— O Brasil precisa avançar e avançar rápido. Faltam o credenciamento dos centros de referência e os serviços da Portaria 199 [Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras] para assegurar o acolhimento das pessoas com doenças raras no SUS. O diagnóstico precoce é importantíssimo, pois sem isso a família fica perdida.

O representante da Anvisa na audiência, Renato Porto, disse que as pesquisas clínicas e o registro de medicamentos têm sido liberados cada vez mais rápido — 45 dias no primeiro caso e 75 dias no segundo.

Autor do pedido para a realização do seminário, o senador Romário (PSB-RJ) afirmou que o encontro possibilita a discussão sobre a realidade desses pacientes e o andamento de políticas públicas.

## Wilder lembra 10 anos de morte de ex-governador de GO

Wilder Moraes (PP-GO) lembrou os dez anos da morte de Otávio Lage, ex-governador de Goiás e ex-prefeito de Goianésia (GO), e defendeu o projeto que dá o nome do político ao trecho goiano da BR-153 entre Itumbiara e Anápolis.

Lage foi, na opinião de Wilder, um exemplo de moralidade e levou para o setor público a sua experiência na iniciativa privada, baseada no combate à burocracia e no estímulo ao empreendedorismo.

Ele lembrou que geração de energia e abertura de escolas são algumas das marcas das gestões de Lage.

— Era avesso ao comodismo, ao protocolo, à papelada, aos carimbos, às dificuldades plantadas no caminho de quem deseja empreender. Por isso, seus mandatos são exemplos para todos os chefes de Estado e executivos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Blairo cita pesquisa nacional que pode revolucionar indústria

O senador Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que o Brasil poderá ser protagonista da quarta grande revolução industrial graças às pesquisas sobre o grafeno realizadas pela Universidade Mackenzie, de São Paulo.

O grafeno é uma das formas cristalinas do carbono. Blairo explicou que se trata do material mais fino e leve do mundo. Ao mesmo tempo, é 200 vezes mais resistente que o aço.

O grafeno, de acordo com o senador, poderá movimentar um mercado de mais de US\$ 1 trilhão em setores como o de defesa, o de eletroeletrônicos e o de semicondutores.

O material pode aumentar em centenas de vezes a velocidade da internet.

— Sair da crise é antes de tudo questão de atitude. Parabenizo o Mackenzie. Que contagie outros centros de pesquisa e ensino, na busca de alternativas sustentáveis que melhorem a vida do cidadão e tornem o mundo melhor e o país, mais competitivo — disse.



Romário (2º à esq.) conduz debate sobre situação de pessoas com doenças raras

# Planos de assistência funerária terão regulamento próprio e fiscalização

Projeto enviado a sanção define que empresas do setor devem apresentar contrato detalhado dos serviços e seguir normas dos Procons

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que define normas para comercialização de planos de assistência funerária. O texto também estabelece regras para a fiscalização das empresas que atuam no setor. Originária da Câmara dos Deputados, a proposta segue agora para sanção presidencial.

Apesar de bastante difundidos, os planos de assistência funerária são vendidos sem regulamentação própria, estando sujeitos a regras gerais do Código de Defesa do Consumidor. Para o autor da proposta, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), isso abre espaço para atuação de empresas “inescrupulosas”.

O projeto (PLC 50/2014) estabelece que os planos apresentem contrato com descrição detalhada dos serviços a serem prestados, que podem incluir atendimento funerário, organização de homenagens póstumas, cerimonial e traslados, entre outros. Também devem constar o valor a ser pago e o número de parcelas, a forma de reajuste e condições



Plenário aprovou regras para planos funerários, que serão fiscalizados pelo Sistema Nacional de Defesa da Consumidor

para cancelamento, suspensão e tempo de carência.

O texto determina que, para atuar no mercado, as empresas administradoras desses planos devem manter patrimônio líquido contábil equivalente a 12% da receita líquida anual obtida com a venda dos contratos, assim como capital social mínimo de 5% e reserva de solvência de 10% da receita anual.

As empresas que comercializem os planos ficarão sujeitas à fiscalização dos programas estaduais de proteção e defesa

do consumidor (Procons), que definirão os procedimentos a serem seguidos. Em casos de desobediência às normas, as empresas estarão sujeitas a advertência, multa, suspensão das atividades e até interdição do estabelecimento. Caberá à Secretaria Nacional de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, a fixação das multas.

As empresas deverão registrar anualmente, nos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, os relatórios de auditoria e os modelos de contratos comercializados.

A aprovação do projeto foi elogiada pelo líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB), que lembrou que os serviços funerários estão sem regulamentação no Brasil desde a década de 1970, quando o hoje extinto Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) deixou de prestar o auxílio-funeral à população.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) também comemorou a decisão e disse que a atividade dessas empresas é “mais do que um negócio, é um trabalho de assistência social”.

## Regina: eleição deve se preocupar com saneamento

Regina Sousa (PT-PI) sugeriu aos candidatos que concorrerão aos cargos de prefeito este ano que destaquem nos planos de governo o saneamento básico.



A senadora ressaltou que a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2016 tem como mote o direito universal à água tratada e ao serviço de esgoto. No Brasil, disse, ainda há diversos aterros e lixões sem controle.

— O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos são medidas necessárias para ter saúde e vida digna.

## Caiado quer ajuda federal contra violência em Goiás

Goiás vive um verdadeiro estado de emergência devido à violência crescente que assusta a população, afirmou Ronaldo Caiado (DEM-GO).



Por isso, o senador disse que solicitou ao governo federal a presença do Exército e da Guarda Nacional para ajudar a polícia goiana no combate à criminalidade, principalmente nas cidades próximas ao Distrito Federal.

Segundo ele, há um déficit de 18 mil policiais militares no estado, e Goiânia, com 1,2 milhão de habitantes, conta com apenas 1,5 mil PMs.

## Reguffe defende menor defasagem na tabela do IR

Reguffe (sem partido-DF) defendeu a aprovação de projeto que reduz a defasagem na tabela do Imposto de Renda. O texto estabelece correção anual da tabela pela inflação do IPCA, mais 1%. A porcentagem excedente seria para diminuir gradualmente a defasagem.



Para ele, o fato de o governo não reajustar a tabela é uma estratégia para aumentar impostos sem que o contribuinte perceba.

— Isso é uma forma maitreira do governo de aumentar a carga tributária de uma forma bem disfarçada.

# Comissão expressa apoio a anistia de presos da Venezuela

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem voto de apoio à concessão de anistia aos presos políticos da Venezuela. O requerimento foi apresentado pelo presidente da comissão, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), em audiência pública convocada para debater a crise política no país vizinho, que teve como principal convidado o presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Venezuela, deputado Luis Florido.

Florido pediu o apoio dos senadores brasileiros à Lei de Anistia já aprovada em primeiro turno pela Assembleia Nacional da Venezuela e que aguarda votação complementar nos próximos dias. Por meio dessa lei, observou, poderiam voltar a viver em liberdade importantes representantes da oposição, como Leopoldo López e Antonio Ledezma, ex-prefeito de Caracas, presos pelo regime do presidente Nicolás Maduro.

— A luta pela anistia faz parte da luta pela recuperação de nossos direitos. E essa luta passa pela reconciliação dos venezuelanos — disse Florido.

O deputado afirmou que a Venezuela experimenta a “pior fase de sua história republi-



Senador Aloysio (C) ouve deputados venezuelanos Luis Florido (E) e William Dávila

cana”. A inflação, informou, pode alcançar 720% ao fim deste ano. E faltam alimentos e medicamentos para a população. A violência, acrescentou o parlamentar, alcançou níveis alarmantes: somente no ano passado, mencionou, foram assassinadas 27 mil pessoas. Ele recordou a ampla vitória obtida pela oposição nas eleições de dezembro para o Parlamento e defendeu a remoção de Maduro do poder por via constitucional.

— O maior favor que Maduro pode fazer aos venezuelanos é renunciar. Mas há outros mecanismos, como reduzir seu mandato e aprovar uma emenda constitucional propondo a realização de novas eleições — enumerou Florido.

Também presente à audiência, o deputado William Dávila,

vice-presidente da comissão, admitiu a grande polarização política em seu país e disse que o governo venezuelano “não quer entender que foi derrotado” nas eleições. Segundo ele, Maduro pretende recorrer ao Tribunal Supremo de Justiça do país contra a lei de anistia.

— Vimos pedir um pronunciamento pela libertação dos presos políticos e pelo regresso dos exilados ao nosso país.

### Semelhanças

O senador José Serra (PSDB-SP) disse identificar muitas semelhanças entre as políticas públicas adotadas na Venezuela e no Brasil pelos ex-presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as semelhanças, apontou a desindustrialização dos dois países e o desperdício

das grandes receitas obtidas durante o chamado boom das commodities, que elevou os preços internacionais do petróleo e de alimentos.

— Essa bonança passou. No entanto, o que aconteceu com os frutos? Nada, foram para o consumo e o desperdício, barateando importados e prejudicando a indústria.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) admitiu ter tido “ilusões” no período inicial do chavismo. Agora ele diz estar preocupado com a construção de uma alternativa para o período pós-Maduro, sem retorno à “exclusão social” dos anos 70 e 80. O senador José Agripino (DEM-RN) apoiou a aprovação de uma lei da anistia na Venezuela e elogiou as mudanças em curso na América do Sul, citando a eleição do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse considerar o atual regime da Venezuela uma “ditadura disfarçada de democracia”. A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou a falta de independência entre os Poderes no país vizinho. E o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) lamentou a ausência, no debate, de representantes da base governista.

# Donos de haras criticam controle de doença que obriga abate de cavalos

Segundos eles, o Brasil não possui laboratórios devidamente credenciados a fazer o exame, que, muitas vezes, dá resultados divergentes

O PAÍS NÃO dispõe de exames conclusivos para detecção da doença mormo, que ataca cavalos. A afirmação foi unânime entre os donos de haras que participaram de debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Eles defendem que, por isso, os órgãos de defesa agropecuária não deveriam interditar propriedades e obrigar o sacrifício dos animais.

O mormo é uma doença bacteriana grave e contagiosa que ataca equinos, mas pode também ser transmitida ao homem e a outros animais. Os sintomas são corrimento nas narinas e nódulos nas mucosas nasais e nos pulmões, sendo também frequentes os casos assintomáticos. Constatada a doença, o cavalo é geralmente sacrificado para evitar a contaminação de outros animais.

A proprietária da Agro Maripá, Sophia Oliveira, apontou falta de credibilidade nos laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura para realizar testes nos animais com suspeita da doença. A empresa tem 400 cavalos e está interdita há 19 meses, devido a resultado positivo para mormo. Nove cavalos já foram sacrificados. Sophia disse haver discrepância entre resultados de exames em um mesmo animal, realizados em duas unidades do laboratório Lanagro, credenciado para realização dos testes.

— O mesmo animal é negativo, depois fica positivo, depois fica negativo de novo. Não há coerência — lamentou.

Como não obteve sucesso nas tentativas de esclarecer o caso em órgãos sanitários, a empresa consultou especialistas internacionais, que apontaram falhas no diagnóstico e nas ações de erradicação do mormo no Brasil.

Outro exemplo relatado no debate foi o da coudelaria (centro equestre que cria e treina cavalos) Souza Leão, em Pernambuco, interdita



Ana Amélia (2ª à dir.), presidente da comissão, manifestou preocupação com as dificuldades relatadas pelos criadores

desde 2009 e onde já foram sacrificados mais de 200 cavalos, “praticamente sem sintomas”, como afirmou seu presidente, Joaquim Leão.

— Os laboratórios não tinham a devida habilitação para realizar o exame, o que só fui descobrir no ano passado. É uma loucura, você sai matando cavalo e não resolve nada.

Proprietária do Haras 4 Irmãos, Simone Matheus Pongitore viu falhas no trabalho dos órgãos públicos, mas ressaltou a disposição do setor em contribuir para erradicar a doença.

— Nenhum criador tem interesse em manter um animal doente na sua propriedade. O que nós queremos é que o diagnóstico seja correto. Eu também não quero matar animais sadios sem comprovação da doença — disse, acrescentando que o haras recorreu ao Judiciário para continuar atuando.

## Interdição

O senador Otto Alencar (PSD-BA) disse não ver justificativa para a manutenção das interdições das fazendas de criação de cavalos.

— Eu não conheço nenhum país do mundo onde isso aconteça. Não se pode ficar por dois anos interdito, pois isso destrói completamente a condição comercial e atrapalha totalmente o banco genético

desses haras — lamentou.

Conforme Guilherme Marques, do Ministério da Agricultura, o mormo reapareceu no Brasil em 2000 e os registros, antes restritos ao Nordeste, hoje ocorrem em todo o país. Ele alega que as normas de controle da doença são nacionais, mas os estados têm autonomia para fazer a gestão da propriedade, determinando o início e o fim da interdição e a condenação de animais.

Segundo ele, em 2015 foram realizados 680 mil exames e sacrificados 180 animais. Existem hoje 5 milhões de cavalos no país.

— O sacrifício de cavalos é pontual, cirúrgico, para zelar pela maior parte — frisou.

## Testes

Autor do requerimento para realização do debate, Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que os testes para detectar o mormo só são feitos em animais que participam de competições esportivas e de feiras, ficando a descoberto todos os outros milhares de animais de serviço e lazer. Ele também criticou a demora na entrega de resultado dos testes, que pode levar até 60 dias, tempo em que o cavalo com suspeita da doença poderá contaminar outros animais.

A instalação de mais laboratórios nos estados conta

com o apoio de empresários, como afirmou Flávio Obino Filho, presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura.

— Se for necessário colocar verba privada para que os laboratórios funcionem, vamos colocar. Esperamos que nosso país tenha condições de aplicar esse exame, não tendo só um laboratório de referência.

## Olimpíadas

Caiado questionou o representante do Ministério da Agricultura quanto à liberação da área onde serão realizadas as provas de hipismo nas Olimpíadas no Rio de Janeiro, no Complexo Militar de Deodoro, apesar de suspeitas de mormo entre animais da Escola de Equitação do Exército, que funciona na região.

Guilherme Marques afirmou que os animais foram retirados da área onde ocorrerão as provas e só ficaram cavalos cujos testes deram negativos.

Para o senador, o ministério adotou medida diferente da que submete o setor privado.

— Vocês têm dois pesos e duas medidas. Ao criador, o massacre, a eutanásia, a interdição. Ao Estado, que quer fazer com que aquela área seja autorizada, achamos um cantinho para botar os animais e lá já está saneado. Isso é um absurdo — protestou.

## Fátima diz que projeto do pré-sal prejudica o país

Fátima Bezerra (PT-RN) declarou tristeza e indignação pela



Jefferson Rudy/Agência Senado

aprovação, na quarta-feira, de proposta de José Serra (PSDB-SP) que revogou a participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal (PLS 131/2015). A mudança ainda precisa ser aprovada pela Câmara.

Para ela, o projeto é “entreguista” e fragiliza a Petrobras, usando como pretexto as irregularidades que resultaram na Operação Lava-Jato. Na opinião da senadora, o texto é um desserviço ao Brasil.

— Essa aprovação significa um dos maiores retrocessos do ponto de vista dos interesses nacionais.

## É preciso dados sobre a Petrobras, afirma Cristovam

Antes de grandes mudanças na Petrobras, é necessário um estudo detalhado e profundo sobre a situação financeira da empresa e suas perspectivas, disse Cristovam Buarque (PPS-DF).



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador afirmou que ainda não tem opinião formada sobre o projeto aprovado pelo Senado que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo na camada de pré-sal. Por esse motivo, absteve-se na votação do projeto no Senado, na quarta-feira.

Cristovam disse não saber se a Petrobras tem condições de explorar a camada do pré-sal de maneira eficiente e no tempo adequado.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Direito de imagem de atletas pode ter regulamentação

Falta clareza na legislação sobre o tema, avaliaram integrantes da comissão de juristas que elabora proposta da Lei Geral do Desporto. Colegiado se reuniu ontem para debater sobre tributação no esporte

**DEFINIÇÃO DE REGRAS** claras sobre os direitos de imagem dos atletas profissionais, incentivos fiscais para clubes se tornarem empresas e maior poder para associações desportivas foram alguns dos temas debatidos ontem pela comissão de juristas encarregada de elaborar um anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro.

O foco central da reunião era a ordem econômica e a tributação no esporte, setor que movimenta cerca de 1% do PIB nacional.

A definição de regras claras sobre os direitos de imagem dos atletas profissionais foi um dos pontos levantados. Mem-

bros do colegiado observaram que alguns clubes fraudam as leis trabalhistas transformando salário em direito de imagem, o que impacta negativamente a vida dos atletas que recebem salários baixos.

Por outro lado, é comum que atletas com salários elevados optem por receber a maior parte do valor do contrato com o clube como direitos de imagem, o que garante dedução fiscal menor do que se estivessem recebendo tudo como salário em carteira assinada, no regime da CLT.

— Nesta semana, a CBF [Confederação Brasileira de Futebol] publicou pesquisa que aponta que quase 90%



Camargos, relator, e Rocha, presidente da comissão: anteprojeto com sugestões de mudança deve ser entregue até junho

dos jogadores recebem menos de R\$ 1 mil, mas vários desses jogadores têm contrato por meio de pessoa jurídica para exploração de imagem. É uma verdadeira fraude para prejudicar o sistema tributário. Temos que regulamentar isso — disse Carlos Eugenio Lopes, advogado e diretor jurídico da CBF.

Ao menos 90 clubes e atletas

já foram autuados pela prática. Marcos Motta, advogado do atacante Neymar — denunciado pelo Ministério Público Federal sob as acusações de falsidade ideológica e sonegação fiscal — também reclamou da falta de regulamentação da questão. Para ele, não está claro na legislação se direito de imagem deve ser tratado

como salário.

— Não me parece razoável que o tratamento tributário dispensado a um atleta como Neymar, que tem de 70% a 80% da sua receita anual comprovadamente advinda de contratos comerciais, de direito de imagem, seja o mesmo de outro que tenha uma empresa que se utiliza daquela estrutura para, de alguma forma, tentar ter um benefício fiscal — disse.

Segundo Motta, alguns países já estabeleceram limites para pagamento de direitos de imagem.

— A Espanha, por exemplo, tem uma legislação que limita em 30% a possibilidade de receita de direito de imagem do atleta na relação com o clube — exemplificou.

## Falta de incentivo

Sobre a transformação de clubes em empresas, o relator da comissão, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, lembrou que a ideia é discutida há muito tempo, mas não decolou por falta de incentivo aos clubes. Ele disse que a presidente Dilma Rousseff, ao sancionar a Lei 13.155/2015, do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), vetou dispositivos que criavam um regime especial de tributação para os clubes que se transformassem em empresa. Tal medida, apontou, poderia contribuir para atrair novos investimentos para as agremiações desportivas.

— Devemos ter bons olhos para a transformação de clubes em sociedades empresariais ou sociedades anônimas, sem optar pelo caminho da obrigatoriedade — avaliou.

O presidente da comissão de juristas, Caio Cesar Vieira Rocha, lembrou que o relator apresentará em maio um parecer preliminar com sugestões de mudanças na legislação esportiva. A ideia é entregar o anteprojeto até junho ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

## Jurista pede eleições democráticas nas entidades esportivas

A eleição nas entidades esportivas deve ser mais participativa. Foi o que defendeu o advogado Pedro Trengrouse, durante a reunião de ontem da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto da Lei Geral do Desporto.

Na visão de Trengrouse, a estrutura de poder é o primeiro controle de responsabilidade — e por isso mesmo deve ser aprimorada. Ele disse que, atualmente, os filiados não são adequadamente representados pelas entidades esportivas. Ele lembrou que os presidentes de federações de futebol recebem um valor mensal da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Assim, em tese, há uma situação em que são “subjugados à CBF”.

Para Trengrouse, aqueles que participam dos eventos é que devem ter o poder de decisão. Ele lembrou que nos Estados Unidos muitas federações reservam 20% dos seus votos para os esportistas. Já no Brasil, acrescentou, são as federações estaduais que votam nas eleições da CBF, embora sejam os clubes que participam dos campeonatos. Trengrouse também disse que, na nova Lei Geral do Desporto, a comissão deve definir claramente quem tem a legitimidade para decidir e votar nas entidades que organizam os eventos esportivos.

— Diretas já! O que ocorre hoje é uma eleição indireta.

As federações hoje já não representam mais [os filiados] — declarou Trengrouse, que ainda defendeu a participação do Ministério Público no acompanhamento da evolução patrimonial das sociedades desportivas.

## Venda de jogador

O advogado Marcos Motta sugeriu que a comissão debata a regulamentação de tributação sobre a venda de jogadores. Trengrouse também sugeriu substituir a figura da Justiça Desportiva pela arbitragem, que seria independente das federações esportivas. Já o relator da comissão, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, alertou para a necessidade de o colegiado atentar para a definição de limites entre o poder do Estado e a liberdade das entidades esportivas.

A comissão decidiu fazer



Para Trengrouse, forma de escolha dos dirigentes da CBF deve ser alterada

várias audiências públicas para debater a nova legislação esportiva. Em uma audiência, haverá representantes de emissoras de TV como Globo, Fox e Record. Em outra reunião, haverá representantes de redes sociais. Empresários e representantes do movimento Bom Senso e da Primeira Liga também devem ser convidados para outra audiência. Ministério do Esporte, CBF e presidentes de entidades esportivas devem abrir a série de encontros. Ainda não há data definida para as audiências, que devem ocorrer em março.

## Economia

Camargos afirmou que a comissão precisa discutir o esporte sob o ponto de vista econômico e tributário. Para ele, o fato de o esporte ter um impacto econômico legitima a ação do Estado no setor.

Ele disse ainda que o Direito Penal precisa prever de forma clara e atuar de forma efetiva nos crimes relacionados ao esporte. Ele inclusive defendeu a legitimação popular e do Ministério Público para afastar um gestor esportivo por gestão temerária.

## Interatividade

A reunião da comissão de juristas foi feita de forma interativa, com a possibilidade de participação popular pelo sistema Alô Senado (0800 612211) e pelo portal e-Cidadania. Por internet, a telespectadora Ana Flávia Schmidt perguntou por que os clubes recebem recursos públicos.

Camargos explicou que não existe mais a possibilidade de subvenção. O que existe são parcerias, quando o Estado passa recursos para um clube desenvolver alguma ação social ou esportiva que possa representar ganho coletivo para a população. Ele lembrou que um gestor que recebe recursos públicos deve responder diante da lei pela aplicação do dinheiro.

A comissão foi instalada no final de outubro do ano passado, com o objetivo de apresentar um anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando e atualizando a legislação sobre o tema e regulamentando as relações jurídicas do esporte ainda pendentes de disciplina legal.

# MP sobre energia nas Olimpíadas vai à Câmara

Aprovada na comissão mista, a medida concede benefícios fiscais às distribuidoras de energia para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio e em outras cidades

FOI APROVADA ONTEM, na comissão mista, a Medida Provisória (MP) 693/2015, que concede benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a serem realizados no Rio de Janeiro. A proposta segue agora para a análise do Plenário da Câmara e depois deve ser analisada pelo Plenário do Senado.

Das 53 emendas apresentadas à MP, 3 foram retiradas pelos autores e 11 foram acatadas total ou parcialmente pelo relator, deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), no projeto de lei de conversão (PLV).

A MP cancela ou suspende a incidência de nove tributos sobre as distribuidoras de energia. Além do Rio de Janeiro, sede oficial dos dois eventos, também haverá partidas de futebol em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus.

As empresas poderão se valer desses benefícios também em relação a obras de construção civil e para a compra ou aluguel de máquinas. A isenção ainda poderá ser usufruída pelos comitês internacionais olímpico e paraolímpico, assim como pelas federações esportivas internacionais e pelos atletas que participarão dos eventos.

Entre os tributos, estão a Cide-Combustíveis, o Imposto sobre Produtos Industriali-



Manoel Júnior (D) e Blairo Maggi, presidente da comissão: isenção também valerá para obras e compras de máquinas

zados (IPI) e a Cofins (desde que vinculados à importação), o Imposto de Importação, a contribuição para o PIS-Pasep incidente sobre a importação de serviços ou bens e o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

## Imposto de Renda

A MP também concede às distribuidoras de energia isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que incide sobre os valores pagos ou remetidos em virtude de prestação de serviços, fornecimento de bens ou aluguéis.

“A relevância das medidas tributárias referentes aos Jo-

gos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 decorre da própria importância desses eventos internacionais, com ampla visibilidade na comunidade internacional, e a urgência se evidencia com a constatação de que o planejamento e a execução de ações para a realização desses eventos já estão em curso no Brasil, inclusive a infraestrutura para o fornecimento temporário de energia elétrica”, afirma o deputado em seu relatório.

Outro ponto da MP é a isenção para o pagamento da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, que passa a beneficiar todas

as pessoas jurídicas responsáveis pela organização tanto das Olimpíadas quanto das Paralimpíadas e os atletas. A medida também valerá para todos os eventos-teste relacionados aos jogos.

## Taxa de fiscalização

“A isenção da taxa de fiscalização do Exército facilitará a promoção das competições, treinamentos e eventos-teste de práticas que utilizam armamentos e munições, como é o caso do tiro esportivo”, argumenta o relator.

Uma das emendas acatadas pelo deputado amplia até 31 de dezembro de 2022 a isenção

de Imposto de Importação e de IPI incidentes na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas brasileiros, em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais quando não houver produção nacional.

## Porte de armas

A medida provisória também permite a auditores e analistas da Receita Federal portar arma, mesmo fora de serviço, quando existir possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho, desde que a ameaça seja registrada na polícia.

Segundo o governo, 87% dos atentados e ameaças ocorrem fora do horário de serviço, na ausência de qualquer proteção policial. O risco é maior para os crimes aduaneiros, como contrabando, tráfico de drogas e pirataria.

No projeto, Manoel Júnior estende o direito aos auditores fiscais do Trabalho, aos oficiais de justiça e aos peritos oficiais de natureza criminal, “por se tratar de servidores que também se submetem a riscos intensos decorrentes de suas funções”.

A comissão mista foi presidida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT).

## Hélio José comemora Dia do Aposentado

O senador Hélio José (PMB-DF) lembrou que o Senado comemorou nesta semana o Dia Nacional do Aposentado, celebrado em 24 de janeiro.

Ele ressaltou que os termos aposentado e aposentadoria aparecem 34 vezes na Constituição.

Para ele, essa é uma demonstração dos cuidados que os constituintes tiveram com as pessoas inativas.

O senador lembrou que foi um dos fundadores do PT, mas que agora está preocupado com as possíveis consequências nefastas do ajuste fiscal e da reforma da Previdência propostos pelo governo federal. Ele teme a volta da concentração de renda e a redução dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

— É uma falácia dizer que há deficit na Previdência Social, porque é um equívoco tratar a Previdência como elemento apartado da Seguridade Social — disse Hélio José.

## Parcialidade da mídia visa atingir PT, afirma Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) reclamou da parcialidade dos órgãos de investigação e da imprensa quanto às denúncias de irregularidades na Petrobras, apuradas pela Operação Lava-Jato.

Para a senadora, o objetivo é, apenas com base em suposições, atingir o PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de forma obsessiva.

— Na verdade, tem uma justificativa: o medo de Lula voltar em 2018. Mesmo debaixo de todos esses ataques, em todas as pesquisas que estão sendo feitas, ele aparece como forte concorrente à Presidência da República — disse a senadora.

De acordo com ela, houve acobertamento de denúncias de irregularidades ocorridas em governos anteriores aos do PT.

Fátima disse esperar que as autoridades apurem denúncias sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Collor apresenta a Renan pauta de seu bloco partidário

O líder do Bloco União e Força (PTB, PR, PSC e PRB), Fernando Collor (PTB-AL), apresentou em uma lista à Presidência do Senado com 12 propostas que o bloco considera prioritárias e que deveriam ser votadas logo pela Casa.

Algumas das propostas mudam a Constituição, como a que institui o sistema parlamentarista no Brasil, a que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e a que isenta os templos de qualquer culto religioso do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Collor fez um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e a todos os senadores:

— Que ajudem a formatar uma pauta compatível com as dificuldades que o momento nacional exige e que a responsabilidade de cada um de nós impõe.

## Vanessa relata crise na Zona Franca de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou as dificuldades enfrentadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A senadora lembrou que, além dos problemas conjunturais, como a crise no país, a Zona Franca de Manaus enfrenta a dificuldade de conseguir novos investimentos.

Isso é causado principalmente pela demora na aprovação dos processos produtivos básicos, os PPBs. Ela usou como exemplo as luminárias de LED. Enquanto os processos não são aprovados, a zona franca não pode produzir esse tipo de produto e o Brasil ainda precisa importar.

— Isso, sem dúvida nenhuma, ajuda a piorar a crise econômica do nosso país. Esse é um problema que não diz respeito só à bancada do Amazonas, mas diz respeito ao Brasil e sobretudo ao Ministério da Fazenda — afirmou Vanessa.

## Projeto de Dário cria loteria para socorrer municípios

Dário Berger (PMDB-SC) apresentou um projeto de lei que socorre populações de municípios em estado de calamidade por meio de sorteios especiais de loterias.

Pela proposta, a Caixa Econômica Federal realizará concursos em condições excepcionais, devendo os recursos arrecadados serem destinados para o pagamento do prêmio e para o rateio entre os municípios em estado de calamidade.

Ele acrescentou que o objetivo não é dispensar ações da defesa civil, mas criar uma fonte ágil de recursos para que as prefeituras possam socorrer a população atingida.

— Tudo com a intenção de garantir maior volume de recursos para socorrer a população daqueles municípios atingidos — disse o senador.